

João

Ata do Trigesimo Quarto Sessão
Ordinaria do Segundo Período de
legislação da Câmara Municipal de
Pábo Rio, realizada no dia 13 (treze)
de junho do ano de 2006 (deus mil
& seis).

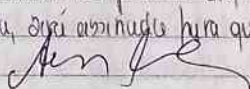
As dezesseis horas do dia 13 (treze) de junho do ano de 2006 (deus mil e seis) sob a presidência do Vereador Augusto Silva da Rocha e com a participação do Primeiro Secretário "ad hoc" pelo Vereador Alfredo Luiz Nogueira Gonçalves, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Pábo Rio. Após leitura e aprovação da chamada e gremial os seguintes Vereadores: Carlos Bezerra de Aguiar, Sérgio de Jesus Mendes, Luiz Geraldo Ramos de Aguiar, Paulo Henrique Araújo de Sant'Anna, Rube Schmitt Barreto, Aluísio Rodrigues Neto e Valquíria Rodrigues da Silva. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão em nome de Deus. A seguir, foram lidas e aprovadas as seguintes Atas: Ata da Trigesima Segunda Sessão Ordinaria do Segundo Período de legislação e Ata do Decimo Quinta Sessão Extraordinária do Segundo Período de legislação. A seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do ato regimental solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do precatório que consta do seguinte: Protocolo de nº 042/2006 - Vereador Alfredo Luiz Nogueira Gonçalves, assunto: Paga os honorários advocatícios e das outras providências; Protocolo de nº 008/2006 - Vereador Alexandre Luiz Sant'Anna, assunto: Postular título de Cidadão Brasileiro ao Senhor Carlos Bezerra de Aguiar Almeida, Protocolo de nº 009/2006 - Vereador Alexandre Luiz Sant'Anna, assunto: Postular título de Cidadão Brasileiro ao Senhor Carlos Bezerra de Aguiar Almeida; requerimento nº 044/2006 - Vereador Alfredo Luiz Nogueira Gonçalves, assunto: requer envio de extrato à Prefeitura solicitando a instalação do fornecimento de água e coleta de esgoto nos bairros do Povo do Senhor Espírito Santo, Indicação nº 008/2006 - Vereador Carlos Bezerra de Aguiar, assunto: solicitação ao Senhor Primeiro Secretário Municipal que o Projeto de Lei nº 210 também redigido no 2º Distrito, pelas entidades educadoras, destinadas a leitura do Expediente, o Senhor Presidente pronunciou o substituído aos Oradores, mormente despendeu a tribuna como

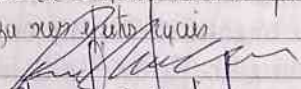
primeiro Doutor impetrou o virador Luís dos Santos Bandeira, que inicialmente escreveu
 sobre o fogo do Brasil na População do Estado, destacando que de fato que a queda da
 taxa monetária pela política de Salário Mínimo. De seguir, comentou também sobre
 a data comemorativa de Junho Branco, enfatizando que o Junho Branco toda a sua
 vida preferiu os mais pobres. Continuando falou sobre os serviços prestados
 pela Prefeitura de Lapa em observando que o sistema nunca trouxe de modernos
 para o setor público-private. Diz que os funcionários do Banco foram des-
 pensionados em Junho anterior, sendo não haviam recebido o devido pagamento.
 Disse que segundo a história de um virador em Junho anterior, a responsabi-
 lidade não era da Prefeitura e sim da Prefeitura. Diz ainda que o Sr. de Go-
 verno recentemente afirmou que levava tais fatos ao conhecimento do Governo
 Municipal. Adiante, explicou que a preocupação era uma relação triangular, mas
 que a responsabilidade maior era a Prefeitura. Observando disse que o relacionamento
 das prefeituras com os contratos era ímprobo e desnecessário, visto que não havia
 registro pessoal, pagamento de salários habituais e muitas vezes assentava
 em-se a habilitação, o que era inadmissível. Observou que estava impo-
 nhido no sentido de que fosse realizado prazo de que a empresa que normalmente
 faz-se o Ministério Público Estadual e pleiteava uma varredura do Ministério
 Público do Trabalho e do Trabalho Federal, na empresa mencionada. Continuando, dis-
 se que o Secretário de Governo Doutor Carlos Victor, em programa de rádio lo-
 cal naquela manhã, respondeu a perguntas de integrantes do Sindicato dos
 funcionários da Companhia Nacional de Óleo, com relação ao pagamento
 das terras desapropriadas pela Prefeitura de Lapa em onde estava localizada
 o Aeroporto. Falou da preocupação do Sindicato com o possível bloqueio do An-
 porto por tais funcionários. Adiante, disse que a desapropriação pela Prefeitura
 ocorreu em um processo de compra e se fazia necessário o pagamento. Disse
 ainda, que no processo não constava nenhuma referência quanto o pagamento
 de dívida de IPTU e mais que a Prefeitura no decorrer do ano foi desobedi-
 gando partes das terras do Óleo na medida em que foi necessário o am-
 pliação do Aeroporto, o que custaria o total de um milhão e quinhentos
 mil reais. Disse que a dívida da Prefeitura para com o Óleo so-
 mava a monta de seis milhões de reais. O cálculo da dívida de IPTU do
 Óleo, incluindo os juros, era de um milhão e trezentos mil reais e
 a arrecadação do Aeroporto era de 26 milhões de reais, que iam para os
 cofres da Prefeitura para a seguir, de acordo com o contrato que existiam

que

a decisão do Alcalde dia após dia. Concluindo, resultou que caso o município não tivesse nenhuma obrigação social com aquela empresa, ainda assim não poderia deixar de perceber a realidade econômica financeira do município que vivia decidindo através do julgamento do Conselho Municipal e desse ser defensor de que a Prefeitura saldasse a dívida não apenas pelo aspecto social, mas, em virtude de que a mesma deveria honrar seu compromisso, tinha condições para tal. Disse, que assim, dependeu também o Sr. Dama Branca que não pertencia ao município de Cabo Frio, e talvez fosse aquela comunidade, ou melhor, a oportunidade de ser concretizado o sonho do governo em transformar o local em um parque natural e que por certo teria mais dividendos para Cabo Frio. Disse, que havia muitas possibilidades de diminuir o problema do Compunho, no que encaminhou sua falta. A seguir, após a Tribuna, o Vereador Alfredo Luiz da Górea Gonçalves, que após suas considerações de praxe, aludindo ao desvio do Vereador Fânio sobre a exploração de trabalhadores no Barro Fardim Zero, disse que via a responsabilidade jurídica ligada essencialmente à empresa, mas que a Prefeitura tinha responsabilidade social com relação aos empregados. Disse que providências já estavam sendo tomadas no sentido de que fossem diminuídos tais problemas. Adiante, afirmou que em relação a Alcalde, estava presente em algumas reuniões, e seu papel social fora sempre em defesa da substituição do director, visto que não aceitava o planejamento de qualquer nível futuro quando um director daquela companhia fizesse um valor mínimo de cinquenta mil reais. Ressaltou que com a existência do director, fazia então isso junto ao Vereador Fânio desde em relação em negócios do mesmo para a solução dos problemas da Alcalde. Disse, que por certo um aporte financeiro oferecido pela Prefeitura não resolve completamente os problemas da companhia, mas que seria possível uma sobrevivência da empresa quando o financiamento pelo menos tenha condições de receberem seus salários e a falta da produção de farinha. Disse a seguir, da necessidade do Município Municipal voltar e dar suporte a Companhia Nacional de Alcalde Montegundo, de acordo sobre a falta de si de sua atribuição dispondo sobre a emissão de documentos específicos, de acordo que tal ponto deveria enquadrar os documentos que regem a empresa. Disse, que o município estava prestes a elaborar o plano diretor e

para necessário incluir os lotes que não estavam de acordo com a legislação vigente.
 Falei do Honorário Papuino, dizendo que aquela área invadida desordenadamente
 necessitava de regularização. Nesse sentido, que o estado projeto pretendia solucionar
 tais questões, mas, que imobilizariam a implantação dos novos loteamentos com
 lances, houve o apoio do Senhor Vitor e observou que estando tal projeto em
 do no Plano Diretor todos tinham o intuito de que os estudos elaborados naquela
 localidade tenham segurança e dignidade, no que encaixou na falta das barreiras
 do meus Devedores em relação para o uso do terreno, o Senhor Presidente concedeu
 o trabalho para o Ordem do Dia. Deste objeto, foram encaminhados para a Comis-
 são de Constituição e Justiça, para que a mesma emita parecer em prazo regimental
 nos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 042/2006, Projeto de Resolução nº 008/2006
 e Projeto de Resolução nº 009/2006 finalizando este segmento, foram aprovados o
 requerimento nº 044/2006 e a Indicação nº 003/2006. Terminada a Ordem do Dia
 o Senhor Presidente encerrou o presente sessão em nome de Deus. E, para constar,
 mandou que se lavrasse o presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação
 unânime, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.

Assinatura: 

Assinatura: 

Ata da Inquirição Extraordinária
 no do Segundo Período Legislativo
 da Câmara Municipal de Cabo Frio,
 realizada no dia 20 (vinte) de junho
 do ano de 2006 (dois mil e seis).

Os dias 20 (vinte) de
 junho do ano de 2006 (dois mil e seis) sob a Presidência do Vereador Guyr Alva de
 Rocha e com a ocupação da Primeira Secretária pelo Vereador Rui Bachado de Sa-
 riu, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Com dezesseis
 presentes e chama do regimental os seguintes Vereadores: Aires Bezerra de Aguiar,
 Alfredo Luiz Vaqueiro Gonçalves, Fábio dos Santos Mendes, Jefferson Cândido de Aze-
 vedo e Luiz Schunadt Borelli. Havendo número regimental, o Senhor Pre-
 sidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. E, requer, para
 e aprovada a seguinte Ata: Ata da Inquirição Extraordinária do 2
 gundo período legislativo. E, requer, o Senhor Presidente após o cumprimento
 do rito regimental abraçar ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente